



Data	Tema	Acontecimento
03/05	Indústria	INE divulgou os Índices de Produção Industrial – Abril 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d050603/d050603.pdf
08/06	Comércio	INE divulgou as Estatísticas do Comércio Extracomunitário – Janeiro a Abril 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d050609/d050609.pdf
09/06	Economia	INE divulgou as Contas Nacionais Trimestrais – 1.º trimestre 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d050609/d050609.pdf
09/06	Economia	BCE divulgou o Boletim mensal – Junho 2005 Informação disponível em: http://www.bportugal.pt/euro/emudocs/bce/b_mensal/06_2005/todo_p.pdf
10/06	Economia	Eurostat divulgou as estimativas da balança corrente da UE 25 – 1.º quadrimestre 2005 Informação disponível em: http://epp.eurostat.cec.eu.int/pls/portal/docs/PAGE/PGP_PRD_CAT_PREREL/PGE_CAT_PRERE_L_YEAR_2005/PGE_CAT_PREREL_YEAR_2005_MONTH_06/2-10062005-EN-AP.PDF

No contexto da globalização da economia, em que as economias avançadas se encontram baseadas no Conhecimento, o **empreendedorismo** constitui-se cada vez mais como um veículo determinante para o crescimento económico e para a promoção do desenvolvimento tecnológico, assente numa perspectiva de inovação.

Dada a relevância da actividade empreendedora no desenvolvimento económico, surge a necessidade de estabelecer indicadores capazes de medir o empreendedorismo e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo, avaliar a performance de um país nesse domínio e fazer os ajustamentos necessários à convergência das economias nacionais com a União Europeia e desta última com as economias mais avançadas, nomeadamente os Estados Unidos da América (EUA) e o Japão.



O Ministério da Economia e da Inovação, através do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), realizou um estudo onde se compara a situação de Portugal com a União Europeia a 15 (UE 15) e a 25 (UE 25), em 2004, recorrendo para isso a um conjunto relevante de indicadores.

Para além de indicadores referenciados noutras fontes que acompanham o empreendedorismo, designadamente o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) o Flash Eurobarometer e a Agência para o Empreendedorismo em Portugal (AGEP), o GEE recorreu a indicadores considerados indicativos como a dinâmica empresarial e a eficiência dos serviços públicos.

De um modo sintético, o grupo de indicadores referentes ao Dinamismo Empresarial dizem respeito ao nível de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF – em percentagem do PIB; FBCF por sectores da actividade; FBCF por pessoa empregada; PIB por pessoa empregada; Aumentos de Imobilizado Corpóreo; Investimento Nacional associado ao Prime, por sectores; medidas e intensidade tecnológica) e à dinâmica de criação empresarial (número de empresas; criação e dissolução de empresas por sector). No grupo de indicadores relativos à Eficiência dos Serviços Públicos, o GEE considera relevante o tempo e o custo de criação de empresas e o tempo de licenciamento industrial.

Relativamente aos indicadores de dinamismo empresarial, em 2004, Portugal detinha, de acordo com o GEE, uma FBCF em percentagem do PIB acima da média da UE15 e da UE25, encontrando-se entre os quatro países da UE15 com maior percentagem. No entanto, quando se analisa o rácio da FBCF por pessoa empregada, constata-se que Portugal se encontra abaixo da média da UE15, sendo o país com o mais baixo valor entre o grupo dos países que integram a União Europeia a 15, situando-se ainda entre os sete países da UE25 com o menor rácio. De acordo com o GEE esta situação pode ser reflexo de uma elevada taxa de emprego e simultaneamente de uma baixa produtividade relativamente à UE, como revela o indicador PIB por pessoa empregada.



Por sectores de actividade, o sector da indústria, em particular a construção, absorveu, de acordo com o GEE, a maior parte da FBCF, entre 1995 e 2001. Quanto ao investimento empresarial na indústria por sectores de intensidade tecnológica, os sectores de baixa e de média baixa tecnologia foram aqueles onde se verificou o maior investimento privado, em 2002 e 2003.

No que respeita ao imobilizado corpóreo, entre 1996 e 2002, o GEE verificou um aumento do imobilizado corpóreo no total dos sectores de actividade, principalmente no sector da indústria transformadora e na construção.

Em termos de esforço de investimento¹, a partir de 2000 registou-se uma redução no sector da indústria que passou de 21% nesse ano para 7% em 2002. Por sua vez, no sector da construção assistiu-se a uma subida do esforço de investimento de 4% para 10% no mesmo período.

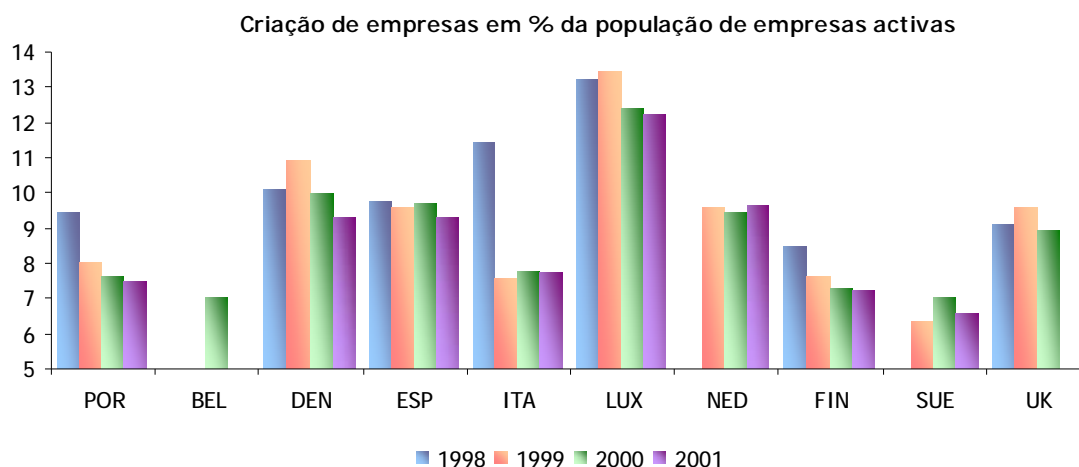
De acordo com dados do INE, em 2003 criaram-se 24 890 empresas, face a 34 182 no ano de 2002. O maior número de empresas criadas ocorreu no sector dos serviços, principalmente no comércio e nas actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas. Por seu turno, o número de empresas dissolvidas passou de 6 728 em 2002 para 11 460 em 2003, o que resultou na criação líquida² de 13 430 empresas face 27 454 no ano anterior.

Em comparações internacionais, reportadas a 2001, Portugal encontrava-se, de acordo com o estudo, entre os 6 países da UE15 com maior taxa de criação de empresas, definida como a criação real de empresas em percentagem da população de empresas activas. O gráfico seguinte ilustra a evolução da criação de empresas entre vários países da UE, entre 1998 e 2001.

¹ Rácio do aumento do imobilizado corpóreo sobre o volume de negócios

² Diferença entre a criação e dissolução de empresas





Fonte: GEE – Temas económicos – Empreendedorismo

No domínio dos indicadores ligados à eficiência dos serviços públicos, tem-se assistido a uma redução gradual do tempo médio de constituição de uma sociedade, tendo atingido o valor médio de 10 dias úteis em Setembro de 2004. Não obstante, tem-se assistido a um aumento do custo de constituição de empresas nos Centros de Formalidades de Empresas, nos últimos três anos.

A par da análise dos indicadores do empreendedorismo, são ainda indicados no estudo do GEE os principais obstáculos ao desenvolvimento do espírito empresarial.

Assim, ao nível do suporte financeiro, foi identificada a falta de acesso a fontes de capital, principalmente por falta de informação relativamente às estruturas apropriadas para aceder ao capital para novas empresas. Ainda no domínio do suporte financeiro, identificou-se a necessidade de investimentos em capital de risco (*venture capital*) e *business angels*, uma vez que existem poucas empresas de capital de risco em Portugal.

Relativamente às políticas governamentais, o estudo aponta dois entraves ao desenvolvimento do empreendedorismo em Portugal, nomeadamente a grande inflexibilidade na legislação laboral, que se afigura particularmente danosa para os empreendedores, e muitas vezes um entrave à criação da empresa e a excessiva burocratização dos serviços públicos de apoio às empresas que tem dificultado a criação de novas unidades empresariais.



As necessidades nas áreas de educação empresarial e formação existem, de acordo com o estudo, principalmente a dois níveis: instrução e satisfação. Ao nível da instrução, as recomendações do estudo passam pela adopção de métodos de ensino que incorporem ideias inovadoras e criativas nos seus objectivos, (de características empreendedoras), por forma a que estas qualidades sejam transmitidas aos estudantes. Ao nível da satisfação deve aumentar-se, na óptica do estudo, o número e qualidade dos cursos, para o empreendedorismo especificamente e para o processo de pensamento em geral.

De acordo com o estudo, o apoio financeiro à investigação e desenvolvimento em Portugal tem sido considerado deficiente. As empresas baseadas em tecnologia e investigação têm provavelmente grandes necessidades de investimento, particularmente no seu início, e a renovação do sistema financeiro deve incluir medidas que respondam adequadamente a esta necessidade.

As normas culturais e sociais têm uma importância significativa para o empreendedorismo. É geralmente aceite que os portugueses preferem a segurança no emprego, em empresas sólidas ou no sector público, ao risco associado ao começo de uma nova empresa. Enquanto o empreendedorismo é socialmente aceite, não é atractivo como profissão para muitos. O primeiro meio de resposta a estas circunstâncias é através da educação, como forma de criar uma cultura de auto-confiança e independência.

Outra das limitações à actividade empreendedora identificada pelo estudo, prende-se com a existência de empresas dominantes e a presença de monopólios autorizados, que constituem entraves ao empreendedorismo. A superação dos obstáculos nalguns sectores é crucial para os novos empreendedores que enfrentam forte concorrência.

A protecção dos direitos de propriedade intelectual é também muito importante. O estudo refere que a legislação relativa aos direitos de propriedade intelectual é insuficiente e deficientemente cumprida.

Fonte: GEE – Temas económicos – Empreendedorismo

